

**UMA ANÁLISE DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NOS CRAS E
CREAS DA CIDADE DE PRESIDENTE KENNEDY/ES**

**AN ANALYSIS OF THE CONTEXT OF PSYCHOLOGISTS IN THE CRAS AND
CREAS OF THE CITY OF PRESIDENT KENNEDY / ES**

Andrielle Sacramento Rocha de Oliveira

Irinéia Soares

Raissa Santos Neves ¹

Giovanna Carrozzino Werneck²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo aprofundar os conhecimentos acerca das atribuições dos psicólogos que atuam no campo da Assistência Social nos CRAS e CREAS do município de Presidente Kennedy, situado ao sul do Espírito Santo, e identificar quais estratégias psicossociais esses profissionais utilizam para promover uma melhor qualidade de vida a essas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e têm seus direitos violados. Para realização da pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada com perguntas direcionadas a responder: qual a contribuição do profissional de Psicologia no centro de assistência social CRAS e CREAS com vistas à proteção social? E quais os desafios são enfrentados diante de tais questões? Reiteramos a importância do trabalho do psicólogo na transformação das condições materiais de existência e no compromisso com as pessoas em vulnerabilidade social, de forma a promover a autonomia e a garantia dos direitos sociais.

Palavras-chave: Psicologia. Assistência Social. CRAS. CREAS.

ABSTRACT

The present research aims to deepen the knowledge about the attributions of the psychologists who work in the field of Social Assistance in CRAS and CREAS of the

¹ Graduandas em Psicologia pela Faculdade Multivix/Cachoeiro de Itapemirim;

² Professora da Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim; psicóloga CRP 16/3796; Mestra em Letras (UFES/Vitória); especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFES); Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (UFES); Leitura e Produção de Texto (PUC/MG); e Terapia por Contingências de Reforçamento (ITCR/Campinas); gcarrow@gmail.com.

municipality of Presidente Kennedy, located in the south of Espírito Santo, and to identify what psychosocial strategies these professionals use to promote a better people living in situations of vulnerability and have their rights violated. To conduct the research, a semi-structured interview was conducted with questions directed to answer: what is the contribution of the psychology professional in the social assistance center CRAS and CREAS with a view to social protection? And what challenges are faced in facing such issues? We reiterate the importance of the psychologist's work in transforming the material conditions of existence and in the commitment to people in social vulnerability, in order to promote autonomy and guarantee social rights.

Keywords: Psychology. Social Assistance. CRAS. CREAS.

1 INTRODUÇÃO

É importante refletir sobre o trabalho desenvolvido pelos psicólogos nos diferentes espaços sociais. Sejam em escolas, hospitais, centros de avaliação psicológica empresarial, órgãos públicos, dentre outros segmentos sociais em que o profissional da Psicologia esteja presente. Assim torna-se bastante amplo o campo de trabalho desses profissionais.

Ao mesmo tempo, percebe-se que o trabalho dos psicólogos é valorizado em setores públicos voltados para o atendimento ao cidadão, como em secretarias de desenvolvimento social, conselhos tutelares, abrigos de idosos e em atendimentos a grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Sendo assim, refletir sobre a prática profissional do psicólogo implica uma análise da inserção da Psicologia no campo da Assistência Social³, em diálogo com a legislação que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁴ e do movimento de compromisso social emergente na Psicologia brasileira nas últimas duas décadas.

³ “A assistência social foi estruturada em diferentes níveis de proteção social, segundo o seu foco de prevenção a situações de risco, correspondente à Proteção Social Básica, ou no combate às violações de direitos ou atos que exacerbam a vulnerabilidade social de indivíduos, por meio da Proteção Social Especial, que se desdobra em alta e média complexidade.” (BRASIL, 2009, p. 24).

⁴ “Por meio da Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, e da Norma Operacional Básica do SUAS, de 2005, o SUAS consolidou-se, operando hoje como um sistema único descentralizado e participativo, assentado na gestão compartilhada da política, no cofinanciamento e na cooperação técnica entre as três esferas de governo, visando, em última instância, assegurar a Assistência Social como dever de Estado e direito do cidadão em todo o país.” (BRASIL, 2011a, 2011b).

A partir da implantação do SUAS o psicólogo se tornou profissional relevante para o na Assistência Social, compondo as equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). De acordo com Botarelli (2008, p. 16).

[...] o trabalho de profissionais da área de Assistência Social passou por uma nova estruturação a partir deste novo ordenamento, mas ainda resta aprofundar-se sobre a consolidação de quais são as ações e os serviços sócios assistenciais a serem caracterizados como básicos ou especiais.

Assim, considerando as afirmações acima, vê-se que o trabalho do psicólogo é relevante para a implementação e avaliação de políticas públicas na “[...] perspectiva de garantias de direitos e busca de ações de justiça e equalização social” (BRASIL, 2011a, b).

A presente pesquisa objetiva aprofundar os conhecimentos acerca das atribuições dos psicólogos que atuam no CRAS e CREAS, no município de Presidente Kennedy, situado no Estado do Espírito Santo.

O trabalho de pesquisa se justifica pela necessidade de análise do campo de atuação dos psicólogos que atuam no CRAS e CREAS, e problematização do trabalho desenvolvido por esses profissionais junto aos grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social no referido município.

A pesquisa está direcionada especificadamente a identificar as atribuições dos psicólogos que trabalham nos CRAS e CREAS; identificar as dificuldades encontradas no campo de atuação desses psicólogos; conhecer a realidade organizacional do campo de atuação do psicólogo; identificar as demandas de trabalho, políticas específicas da atuação do CRAS e CREAS e a rede socioassistencial de atendimento ao cidadão; e conhecer as demandas do município de Presidente Kennedy no que tange aos atendimentos e enfrentamento de grupos em situação de vulnerabilidade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Que São o CREAS e o CRAS

De acordo com Albuquerque (2008) e Brasil (2011a), os CREAS são unidades que realizam serviços de desenvolvimento de estratégias de atenção social e familiar visando à reestruturação do grupo familiar e (re) elaboração de referências afetivas, bem como o acompanhamento individual, apoios e encaminhamentos, e processos voltados para a proteção e reinserção social. Tais unidades necessitam ter em sua equipe: coordenador, assistente social, psicólogo, advogado, profissionais de nível superior ou médio para trabalharem na abordagem dos usuários e o auxiliar administrativo.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como unidade do Sistema Único de Saúde de Assistência Social constitui-se em pólo de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com direitos ameaçados ou violados. (BRASIL, 2011a, p. 24).

De acordo com Macedo (2011), o CREAS apoia e orienta o cidadão que já tem sua situação de risco comprovada. Ou seja, que já estão sendo vítimas de violência física, psíquica e sexual. Sendo assim, o CREAS trabalha com direitos isolados e apresenta demandas múltiplas, atendendo crianças, adolescentes, mulheres e todas as pessoas que encontram-se em situação de negligência.

No âmbito do SUAS, os CREAS configuram-se como unidades públicas estatais para a oferta de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social e/ou que tenham seus direitos violados. Suas ações envolvem processos de trabalho que demandam a atuação de um conjunto de profissionais para a oferta de acompanhamento familiar e/ou individual especializado, por meio de atendimento psicossocial e de orientação e assessoria jurídica, em estreita relação com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa dos direitos (BRASIL, 2011a, p. 24-25).

O CRAS é um equipamento público, que se enquadra na proteção social básica e tem como objetivo ofertar serviços para a articulação entre os diversos setores da Assistência Social e atuar na prevenção de situações de risco. Fica localizado, obrigatoriamente, em territórios onde há presença de vulnerabilidades e riscos sociais, enfocando a família e os vínculos comunitários (BRASIL, 2011b). Nesse sentido, o

CRAS tem como objetivo prevenir que ocorra situação de risco social, fazendo isso através do desenvolvimento e monitoramento das famílias, como atividades promotoras do fortalecimento dos vínculos familiares e sociais e ampliação do acesso aos direitos e garantias fundamentais (BRASIL, 2011b).

Sendo assim, o CRAS é responsável pela execução de programas e projetos que potencializam a família como unidade de referência, a fim de proporcionar aos usuários reconhecimento aos diversos arranjos familiares, valorizando as particularidades de cada grupo familiar, fortalecendo esses vínculos e articulando-os com seu contexto comunitário (ANDRADE; ROMAGNOLIS, 2010).

Os serviços oferecidos englobam contextos de: casos de violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar (BRASIL, 2011b).

Ressalta-se que o atendimento no CRAS e no CREAS é para todo o público que necessita deles, desde crianças até os idosos, com serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. São disponibilizados os facilitadores, a equipe de serviço dos gestores, grupos de adolescentes, grupos de famílias que têm algum familiar recluso, dentre outras atividades de inclusão social (CREPOP, 2008).

Nesse sentido, considerando a necessidade de atender à população em situações de vulnerabilidade, o CRAS e CREAS têm como atribuição principal a oferta de projetos coletivos às pessoas e grupos em situações de risco social, como violação de direitos humanos, violência infantil ou violência a idosos e mulheres (BRASIL, 2011a, b).

2.2 Atribuições do Psicólogo do CRAS e CREAS

A Psicologia se inseriu na Assistência Social por meio do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), sendo relevante a atuação dos psicólogos na composição da equipe dos dois

principais serviços de proteção social que estruturam essa política: o CREAS e o CRAS. Silveira et al (2007, p. 20) enfatizam que em “[...] sua participação ética, crítica e articulada, o psicólogo pode ser um ator social importante, sensível às demandas social e criativo na busca de soluções”. Logo, a participação ativa dos psicólogos nesse ambiente tem possibilitado um diálogo interdisciplinar buscando soluções e sendo fundamental na solução de conflitos e problemas sociais, na promoção/avaliação/implementação de políticas públicas, quando o psicólogo trabalha em equipe junto com outros profissionais por meio do diálogo e troca de experiências, informações com os membros da equipe e da comunidade, e desenvolvendo ações diferenciadas com enfoque na prevenção à situação de risco e vulnerabilidade (BRASIL, 2011a, b).

A intervenção psicossocial tem como objetivo possibilitar melhores condições humanas e qualidade de vida e está voltada para ações entre sujeito e meio social associadas à promoção e garantia de direitos sociais. De acordo com Sarriera et al (2004), intervenção psicossocial pode ser uma prática que auxilia na construção dos novos rumos e sentidos de vida almejados nessa contemporaneidade, ao valorizar a interação do ser humano e seu contexto, a mútua influência entre ambos bem como considerar as capacidades e recursos próprios dos grupos-alvo para promoção do bem-estar psicossocial.

O exercício das atividades desenvolvidas por psicólogos no CRAS tem por objetivo dar enfoque à atenção e prevenção à situação de risco, atuando em situações de vulnerabilidade, objetivando fortalecer os vínculos familiares e comunitários, atentando-se para as situações de violação de direitos e, caso seja necessário, após a identificação de demandas que necessitem de atenção de outros setores dos serviços públicos, o psicólogo deve acioná-los (CREPOP, 2008, p. 16).

[...] O foco da atuação do CRAS é a prevenção e promoção da vida, por isso o trabalho do psicólogo deve priorizar as potencialidades. Nossa atuação deve se voltar para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. A atuação do psicólogo no CRAS tem foco na prevenção e ‘promoção de vida’, mas isto não significa desconsiderar outros aspectos relacionados às vulnerabilidades.

Ainda sobre o trabalho dos psicólogos que atuam no CRAS e no CREAS, (BOTARELLI, 2008, p. 16) enfatiza que

[...] o trabalho de profissionais da área de Assistência Social passou por uma nova estruturação a partir deste novo ordenamento, mas ainda resta aprofundar-se sobre a consolidação do que e quais são as ações e os serviços sócios assistenciais a serem caracterizados como básicos ou especiais.

Nesse sentido, o psicólogo que atua no CRAS e no CREAS ocupa um lugar indispensável ao atendimento à demanda da população em vulnerabilidade social, e na divisão de proteção social básica e especial, pois o psicólogo trabalha diretamente com essas questões, juntamente com a equipe técnica, composta por assistente social e advogado, que atende no CREAS em casos de negligência, abandono, ameaça, maus tratos e qualquer tipo de discriminação.

Sobre os profissionais que atuam no CRAS e no CREAS, os dados apresentados confirmam que: “O Censo SUAS mostra que 22,9% dos CRAS dispunham de assistente social, 13,2% de psicólogo, 16,7% de profissionais com nível médio, 5,8% de pedagogo, 0,4% de advogados e 41% contavam com profissionais de outras formações” (BRASIL, 2013a). É importante enfatizar que segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social e a Resolução nº 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, o assistente social e o psicólogo devem fazer parte da equipe de proteção social básica, portanto, devem compor a equipe do CRAS.

Parágrafo único: Compõem obrigatoriamente as equipes de referência: I – da Proteção Social Básica: assistente social; psicólogo; advogado; da Proteção Social Especial de Média Complexidade: assistente social; psicólogo; advogado; da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: assistente social; psicólogo (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

Sendo assim, a função do psicólogo nos CRAS e CREAS deve estar intrinsecamente associada a uma função política e social, não desvinculada da realidade concreta dos usuários e (re) construída a partir de um olhar crítico também sobre o seu fazer e sobre os próprios usuários, por meio de ações que despotencializem a perpetuação

do ciclo de pobreza, na perspectiva da autonomia e garantia dos direitos fundamentais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no CRAS e CREAS com as psicólogas do município de Presidente Kennedy. A metodologia utilizada é a pesquisa de abordagem qualitativa, que consiste não só na descrição da realidade, mas também na compreensão da dinâmica das relações sociais e dos discursos. Os instrumentos para a produção dos dados foram à pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada realizada com as psicólogas em outubro de 2018, quando também foram assinados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

As perguntas direcionadas às psicólogas tiveram por objetivo identificar o trabalho realizado por elas dentro das instituições do CRAS e CREAS do município de Presidente Kennedy, tendo em vista os objetivos gerais e específicos desta pesquisa. Para que fosse realizada a entrevista, foi necessário entrar em contato com as psicólogas e agendar horário com cada uma. No CRAS trabalham duas psicólogas que participaram da entrevista, e no CREAS trabalham três psicólogas, sendo que uma delas não quis participar, e a outra estava de férias. Por isso só foi realizada a entrevista com uma psicóloga do CREAS. Na entrevista foram realizadas as seguintes perguntas para as psicólogas do CRAS:

- 1- Considerando os objetivos e funções do CRAS, há um cumprimento efetivo do que é proposto? Por quê?
- 2- De acordo com os objetivos/funções do CRAS, existe dificuldade no cumprimento de algum deles? Por quê?
- 3- Dentro da instituição (CRAS), em sua opinião, há profissionais da Psicologia em número suficiente para atender a demanda do município?
- 4- Como você, profissional de Psicologia, age frente à dificuldade de execução de tarefas? O que pensa e como se sente diante dessa possível situação?

Para a psicóloga do CREAS, foram feitas as perguntas:

- 1- Considerando os objetivos e funções do CREAS, há um cumprimento efetivo do que é proposto? Por quê?
- 2- De acordo com os objetivos/funções do CREAS, existe mais dificuldade no cumprimento de algum deles? Por quê?
- 3- Dentro da instituição (CREAS), em sua opinião, há profissionais da Psicologia em número suficiente para atender a demanda do município?
- 4- Como você, profissional de Psicologia, age frente à dificuldade de execução de tarefas? O que pensa e como se sente diante dessa possível situação?

As perguntas foram de grande importância para que pudesse ser analisado o trabalho realizado dentro do CRAS e CREAS do município de Presidente Kennedy, a fim de compreender as condições de trabalho dessas profissionais e os serviços ofertados nas instituições onde elas atuam.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção tem a finalidade de expor uma análise qualitativa de dados produzidos pelas entrevistas semiestruturadas. As psicólogas entrevistadas serão identificadas por siglas (P1, P2 e P3) a fim de se preservar o sigilo e suas respectivas falas serão transcritas entre aspas.

O trabalho realizado pelos psicólogos do CRAS e do CREAS tem como meta principal assistir à clientela em risco social, em situação de vulnerabilidade. Segundo Andrade e Romagnolis (2010), a Política Pública da Assistência Social visa garantir a todos os que dela necessitarem, sem contribuição prévia, a proteção social.

Assim, os estudos realizados apontam a importância do trabalho dos psicólogos que atuam nas referidas instituições para a melhoria das condições de vida de pessoas que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social.

As psicólogas atendem 132 famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de

vulnerabilidade e risco social presentes nos territórios de abrangência do CRAS e CREAS, em especial.

As famílias beneficiárias fazem parte de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais: famílias que atendem aos critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2013b).

As entrevistadas apontam que a atuação dos profissionais de Psicologia dentro do CRAS e CREAS é de fundamental importância, pois nos atendimentos psicossociais realizados os usuários são acolhidos em grupos de apoio, visitas domiciliares, dentre outras ações.

A seguir, analisaremos os discursos das psicólogas, considerando as perguntas elencadas na entrevista semiestruturada.

- Dificuldades encontradas para a realização do trabalho

De acordo com P1 uma das dificuldades existentes no processo é quando o usuário procura o serviço com intuito de ter um atendimento individualizado, e quando informado que apenas há atendimento coletivo, essas pessoas não se sentem à vontade em se exporem: “[...] existe no sentido que as pessoas nos procuram querendo o atendimento individual, terapia e muitas das vezes elas não se sentem à vontade de expor as situações pessoais no coletivo no geral”. P3 compreende que a necessidade de materiais é uma das dificuldades encontradas para a realização de suas atribuições:

[...] é a dificuldade de um pouco de recurso de material, às vezes falta recurso material nós desenvolvermos nossos trabalhos, mas a gente faz muitas parcerias com palestrantes diversos para poder falar, isso flui muito bem, então a dificuldade é de equipamentos de material de consumo mesmo (P3).

Contudo, P3 não constata dificuldades no trabalho dentro no CREAS, pois o trabalho é realizado em equipe e isso colabora para um bom trabalho, “[...] não acredito que

tenha não, porque nós trabalhamos em equipe, pois um depende do outro, é um trabalhando com o outro”.

- Execução de atividades mediante os objetivos e funções do CRAS

De acordo com P1 e P3 o trabalho é executado em grupos:

[...] nós trabalhamos no coletivo, através de grupos, tentando tirar essas pessoas da vulnerabilidade, em momento algum o CRAS faz atendimento clínico nem individual [...] o objetivo deles é tratar dos assuntos pertinentes, o público-alvo do CRAS é trabalhado através de grupos (P1).

[...] nós temos o total desses quatro grupos e conseguimos estar nos grupos trabalhando essas demandas, proporcionando a eles a orientação, levando as temáticas de acordo com cada grupo de idoso, de jovens, gestantes... promovendo o fortalecimento dos vínculos dos laços tanto para as famílias e até mesmo com a comunidade, então os psicólogos têm conseguido estabelecer sim, um trabalho em equipe com os grupos (P3).

- Profissionais suficientes para a demanda

De acordo com a P3 a dificuldade nesse processo se dá pela pouca carga horária de trabalho, que dificulta a execução das atividades de maneira sistêmica. Segundo ela, há uma compreensão que se houvesse mais horas de trabalho, seria realizado de uma melhor forma.

[...] Hoje o CRAS tem duas psicólogas uma matutina e vespertina, uma é responsável pelo grupo dos PAIFES e a outra é responsável pelos grupos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, então eles ficam muito sobrecarregados porque a carga horária deles é curta, são 20 horas semanais (P3).

Segundo P2: “[...] Em relação ao CREAS se tivesse uma equipe a mais seria o ideal, pois no CRAS tem três equipes, que trabalham no período matutino e vespertino”.

Para P1, o número de psicólogos é suficiente para atender à demanda do município:

Para a demanda do município em Kennedy tem número de psicólogos suficiente para atender o município. Até mais, pois no CRAS tem uma equipe de recursos humanos que em qualquer outro não tem. Kennedy é excelente e não precisa de mais (P2).

Conforme descrito acima, é perceptível que os trabalhos no CRAS e CREAS estão seguindo de acordo com os objetivos e funções dos mesmos. Tendo em vista a fala

das profissionais de Psicologia, é compreensível que dificuldades ocorram na rotina de trabalhos delas, tais como: a falta de material, falta de recursos, poucas horas trabalhadas para a demanda que o município necessita. Nesse caso, seria viável outro grupo que auxiliasse nos trabalhos, o que poderia melhorar a qualidade do serviço e de forma quantitativa dar conta de todo trabalho demandado.

Diante do exposto no referencial teórico pode-se compreender que as psicólogas entrevistadas estão no caminho de concluir o trabalho que o CREAS e o CRAS exigem, de forma que o trabalho seja satisfatório e atendam às demandas do município.

Segundo os estudos realizados por Barros (1987, p.14) e Gonçalves (2003), é possível a compreensão de que os trabalhos que estão sendo realizados no município de fato estão de acordo com o objetivo e funções do CRAS E CREAS. É válido ressaltar que dificuldades estão presentes, porém, o trabalho está sendo feito de maneira que a população tenha seu direito resguardado, pois os profissionais trabalham conforme as condições que são ofertadas. Assim, considerando uma melhoria nas condições trabalho, existe a possibilidade de também melhorar o serviço ofertado, de forma a atender aos pressupostos legais e às demandas que surgem nas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados confirmam que os profissionais da Psicologia não podem se tornar repetidores de práticas que não se refletem em mudanças. Nesse sentido, os psicólogos que trabalham em setores da Assistência Social precisam ter capacitações constantes que os habilitem a fortalecer os laços e compromissos da Psicologia com os grupos e pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

As pesquisas levam à conclusão de que os psicólogos ocupam lugar central quando se pretende abordar a questão do compromisso social e da intervenção em situações de vulnerabilidade. E esse compromisso se reflete nas situações individuais e coletivas com que deparam os psicólogos sempre que se faz necessário também o

rompimento com o ciclo de pobreza e a promoção da autonomia dos sujeitos envolvidos. Portanto,

Intervir em situações de vulnerabilidades, dentro da Assistência Social, implica diretamente em promover e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, oportunizando o empoderamento da pessoa, dos grupos e das comunidades. Temos, aqui, a necessidade de mudanças nos referenciais teórico-metodológicos, na fundamentação dos programas, projetos, serviços e benefícios que devem se dar em nova ótica, investindo-se no potencial humano. Esse investimento pode produzir superação e desenvolvimento, mas, para tanto, também são fundamentais mudanças na forma de compreendermos a pobreza e a maneira de atuarmos sobre ela, gerando, por meio dos vínculos estabelecidos no atendimento, e de um conjunto de ações potencializadores, o rompimento do ciclo de pobreza, a independência dos benefícios oferecidos e a promoção da autonomia, na perspectiva da cidadania, tendo o indivíduo como integrante e participante ativo dessa construção. (CREPOP, 2008, p. 29).

Viu-se que as intervenções da equipe de psicólogos que trabalha no CRAS e no CREAS objetiva uma transformação da realidade vigente, buscando resgatar pessoas em vulnerabilidade social ao promover autonomia e buscar a garantia dos direitos sociais, seja a partir de trabalhos coletivos, dinâmicas de grupos e intervenções junto aos familiares.

1 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. **A facilitação de grupos nos serviços do Sistema Único da Assistência Social: contribuições da Psicologia Fenomenológico-Existencial.** Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas/ Universidade Luterana do Brasil, Palmas, TO, 2008.

ANDRADE, L. F.; ROMAGNOLIS, R. C. Psicólogo no CRAS: Uma Cartografia dos Territórios Subjetivos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 604-619, 2010.

BARROS, C. S. G. **Pontos de Psicologia Geral.** São Paulo: Ática, 1987.

BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e o compromisso social.** São Paulo: Cortez. 2003.

BOTARELLI, A. **O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis.** 2008. 133f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17265/1/Adalberto%20Botarelli.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social e Combate à Fome.

Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Censo SUAS 2009 – CREAS – Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011a. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/CensoSuas2009Creas.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Censo SUAS 2009 – CRAS – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011b. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/CensoSuas2009Cras.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social.

Censo SUAS 2012 – CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais e Unidades de Acolhimento.

Brasília/ DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013a.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/CensoSUAS_2012.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013b. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 19 out. 2018.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). Conselho Federal de Psicologia. **Referência técnica para atuação**

do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2008. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-CREPOP-CRAS-SUAS.pdf>.

Acesso em: 10 nov. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011.** Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional

Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em:

<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2011-017-20-06-2011.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

GONÇALVES, M. G. M. A contribuição da Psicologia Socio-Histórica para a elaboração de políticas públicas. In: BOCK, A. M. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez Editora. 2003. p. 277-293.

MACEDO, J. P. et al. O psicólogo brasileiro no suas: quantos somos e onde estamos? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122139014>. Acesso em: 18 out. 2018.

SARRIERA, J. C. et al. Intervenção Psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. In: SARRIERA, J. C. (Coord.). **Psicologia Comunitária: estudos atuais**, Porto Alegre, Sulina, p. 25-44, 2004.

SILVEIRA, A. F. et al. **Caderno de Psicologia e Políticas Públicas**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificada 2007. Disponível em: <http://www.old.crppr.org.br/download/161.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

OLIVEIRA, I. F. Os desafios e os limites para a atuação do psicólogo no SUAS. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.). **O psicólogo e as políticas de assistência social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 35-49.